



Prefeitura de Terenos – MS
Professor (A) de: Educação Física

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de textos.....	1
Ortografia.....	5
Classes gramaticais	6
Acentuação gráfica.....	18
Crase	20
Termos da oração; Período composto por coordenação e subordinação	21
Concordância nominal e verbal	26
Regência verbal.....	29
Colocação de pronomes.....	32
Pontuação	33
Sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; Conotação e denotação	38
Coesão e coerência textual	39
Estrutura e formação de palavras	41
Variedades Linguísticas: norma culta, popular e literária.	43
Exercícios.....	46
Gabarito.....	59

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação Física na Educação Infantil. A Educação Física no Ensino Fundamental.....	1
A Aprendizagem Motora.	17
Crescimento e desenvolvimento motor.	31
Tendências e Abordagens Pedagógicas da Educação Física Escolar.....	39
Fundamentos de Fisiologia do Exercício.....	63
BNCC	66
Pedagogia e metodologias de ensino do esporte.	72
Organização e administração esportiva no contexto escolar	75
Exercícios	152
Gabarito.....	156

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Concepções de Educação e Escola.....	1
Função social da escola e compromisso social do educador.	19
Ética no trabalho docente.....	22
Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas.	31
Metodologias Ativas para uma educação inovadora.....	37
A interdisciplinaridade no currículo e na prática pedagógica. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos.	42
Projeto político-pedagógico: planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno.....	60
Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando.	64
Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/MEC.....	72
A criança de 6 anos, a linguagem e a escrita e o Ensino Fundamental de 9 anos/MEC.....	72
BNCC- Base Nacional Comum Curricular/MEC.....	73
Educação inclusiva.....	130
Gestão do plano de ensino.....	143
Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214.....	143
Lei Federal n.º 9394, de 20.12.96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	149
Lei Federal n.º 8069, de 13.07.90 – Estatuto da Criança e do Adolescente: Artigos 1º a 24 e 53 a 69; Parte Especial: Título I; Título II; Título III; Título V – artigos 131 a 140.	178
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.....	196
Lei Federal nº13.005/14 e suas alterações.....	201
Exercícios.....	223
Gabarito.....	239

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar

Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





Organização da Educação Brasileira¹

A) Introdução

A organização da Educação que temos encontra razões históricas para ser o que é, a mudança da realidade requer a mudança da lógica que nos trouxe até aqui. Atribui-se a Einstein a afirmação de que não é possível resolver um problema com a lógica que o criou. Desvelar a lógica histórica da organização da educação brasileira é essencial para a proposição de alternativas de mudança.

Dessa forma, porque temos a organização da educação que temos?

Para responder a questão acima é preciso analisar referenciais importantes, como, a análise do processo de constituição do Estado brasileiro, iluminada pela teoria do imaginário social efetivo de Castoriadis; o Manifesto dos Pioneiros; a natureza das leis; e os conceitos fundantes da organização sistêmica. Esses referenciais estabelecem as bases teóricas para a compreensão da situação atual da organização da educação brasileira. Essa compreensão permitirá a proposição de alternativas para a conciliação da unidade nacional com a autonomia dos sistemas de ensino, ambas imperiosas para a efetivação da finalidade essencial da educação, que é a promoção do exercício da cidadania, como condição para o desenvolvimento pleno da pessoa.

B) O processo de constituição do Estado brasileiro

A sociedade humana se institui por um processo de autocriação, auto instituição, determinada pelas significações sociais do imaginário coletivo. Esse imaginário, é constituído pelo “magma” de crenças, valores, costumes historicamente construídos, que constituem a cultura de um povo. E com base nela a sociedade se autoinstitui, por meio da instituição das normas, do Estado que a governa. Córdova (2003)², analisando o imaginário social efetivo de Castoriadis, afirma, tais significações são os valores básicos, ou fundamentais que dão sentido, a orientação básica dessa sociedade, a sua identidade, o amálgama que lhe permite reunir-se e dizer-se.

O Estado brasileiro foi constituído com base na cultura europeia latina, na cultura europeia anglo-saxônica, a constituição dos Estados derivou dos valores da identidade nacional, construída pelas significações das práticas sociais.

Nos países latinos, ao contrário, prevaleceu o processo dedutivo, ou seja, a instituição dos Estados obedeceu a princípios e valores teóricos, a fundamentar a nacionalidade. Apenas como sinalização histórica, vale lembrar que na França, Espanha e Portugal, monarquias constituídas à época como Estados unitários, centralizados, a institucionalidade derivava dos valores das Cortes.

O Estado brasileiro, ignorando a cultura e a história das mais de duzentas nações indígenas aqui existentes, foi constituído pelas “significações” da cultura latina, de feitio napoleônico. Neste sentido, o Estado brasileiro precedeu à Nação. As leis do Império buscavam impor valores de inspiração católica, latina e capitalista. Desta forma foram tecendo muito mais um Estado ideal, centrado na burocracia da Corte, do que o Estado real, centrado num projeto de nacionalidade.

A República, de bases positivistas, seguiu o figurino napoleônico. As leis que temos guardam a memória do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Embora às vezes esquecidas, perdidas no tempo, as significações históricas que moldaram a constituição do Estado brasileiro continuam atuando na sociedade atual e fundamentam nosso ordenamento jurídico, porque guardadas como valores no inconsciente coletivo.

1 BORDIGNON, G. SISTEMA NACIONAL ARTICULADO DE EDUCAÇÃO: O papel dos Conselhos de Educação.

2 CÓRDOVA, Rogério de A. Educação Brasileira: processos e trabalhos. Módulo V, vol. I. PIE. FE/UnB, Brasília, 2003



Concepção de Sociedade

Vivemos num mundo onde a informação é diversificada e atualizada rapidamente, o mundo mudou, as pessoas mudaram e, ao constatar a velocidade com que ocorrem transformações em nossa vida cotidiana, podemos afirmar que estamos diante de um novo tempo, uma outra realidade que nos envolve e nos desafia.

A forma com que compreendíamos a vida e tudo que acontecia, já não parece ser o que prevalece hoje. Vivemos uma nova era, onde o conhecimento que tínhamos como entendimento de se estar no mundo (algo pronto e acabado), não é mais aceito e absorvido pela maioria das instituições, como também pelo processo que configura a produção do conhecimento.

Isto significa que a sociedade atual exige uma prática pedagógica que assegure a construção da cidadania, fundada na criatividade, criticidade, nas responsabilidades advindas das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Essas reais exigências cognitivas e atitudinais requeridas nos permitem o questionamento: o que tem a educação a refletir sobre as relações e transformações em curso e a formação do homem?

A educação e a escola, por sua importância política, merecem um papel de destaque numa proposta de sociedade. Neste esforço de reorganização da vida social e política, velhas instituições e antigos conceitos são redefinidos de acordo com essa lógica. Portanto, “o que está em jogo não é apenas uma reestruturação das esferas econômicas, sociais e políticas, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social”.

A escola tem muito que refletir sobre sua organização curricular, a começar pela compreensão de que a sua ação passa a ser uma intervenção singular no processo de formação do homem na sociedade atual. Nesse paradigma, o professor já não pode ser considerado como único detentor de um saber que simplesmente lhe basta transmitir, mas deve ser um mediador do saber coletivo, com competência para situar-se como agente do processo de mudança.

Assim, concebemos que a educação, a escola e o objeto de conhecimento constituem os elementos essenciais para o processo de formação de homens e mulheres que contribuirão para a organização da sociedade.

Concepção de Homem

Partindo do que diz Morin ao se referir sobre a complexidade do ser humano: “ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural”, apresentamos nossa concepção de homem e, em consequência, as aspirações pretendidas em relação ao cidadão que queremos formar. Entendendo o sujeito tanto biológico como social, temos por objetivo desenvolver no aluno a consciência e o sentimento de pertencer ao mundo, de modo que possa compreender a interdependência entre os fenômenos e seja capaz de interagir de maneira crítica, criativa e consciente com seu meio natural e social.

Alguns desafios são fundamentais no que se refere à formação do sujeito, desenvolver competências para contextualizar e integrar, para situar qualquer informação em seu contexto, para colocar e tratar os problemas, ou seja, o grande desafio de formar sujeitos que possam enfrentar realidades cada vez mais complexas. Assim, acreditamos na possibilidade de formar um cidadão mais indignado com as manifestações e acontecimentos da vida cotidiana, um cidadão que saiba mediar conflitos e propor soluções criativas e adequadas a favor da coletividade, que tenha liberdade de pensamento e atitudes autônomas para buscar informações nos diferentes contextos, organizá-las e transformá-las em conhecimentos aplicáveis.

Para o educador Paulo Freire, o homem só começa a ser um sujeito social, quando estabelece contato com outros homens, com o mundo e com o contexto de realidade que os determina geográfica, histórica e culturalmente, é nessa perspectiva que a escola se torna um dos espaços privilegiados para a formação do homem.

Concepção de Escola